

Quem atrapalha o desenvolvimento?

DOMINIQUE TILKIN GALLOIS

O título original do artigo¹, “*les empêcheurs de développer en rond*”, é construído a partir da expressão idiomática “*empêcher de tourner en rond*”, impedir o desenrolar normal de alguma coisa. Provocador, esse título também se quer ambíguo: quem, afinal, vem atrapalhar o desenvolvimento? Os povos indígenas? Ou, ao contrário, é o desenvolvimento que vem estorvar a vida desses povos?

Uma vasta literatura clássica – produzida na primeira metade do século XX e dedicada ao encontro dos povos nativos com o nosso desenvolvimento – tratou dessa problemática pelo viés das modalidades do processo de mudança social e cultural. Pretendia contribuir para a formulação de melhores práticas, capazes de aperfeiçoar a qualidade das intervenções. Recomendava-se, especialmente, levar em consideração as dinâmicas culturais próprias das sociedades, grupos ou comunidades “alvo” do desenvolvimento. Não se questionava “a grande saída civilizatória”, como se “desenvolver-se” fosse, necessariamente, seguir em direção melhor. Até hoje, no Brasil, a maior parte dos gestores de políticas públicas destinadas aos povos indígenas, às comunidades ditas tradicionais etc continua não questionando os rumos das intervenções, sejam elas de “inclusão” (ao desenvolvimento) ou supostamente “diferenciadas”, para as populações que continuam sendo o “alvo”.

Já a partir dos anos 1960, uma vertente crítica procura se firmar, invertendo o “alvo” e dedicando-se ao estudo das múltiplas instituições, públicas e privadas, promotoras do desenvolvimento. A convergência de formulações antropológicas sobre a noção de cultura com problemas apontados pelos estudos de experiências locais rende novas formas de abordar e definir projetos e intervenções. Procura-se

delinear, frente ao “mau desenvolvimento”, formas de “desenvolvimento alternativo” ou “sustentável”². Mais recentemente, trabalhos realizados na vertente do Pós-Desenvolvimento reiniciam a busca de alternativas ao projeto da modernidade imposto pelo ocidente. Como sumariza o verbete disponível na Wikipedia, essa vertente propõe “uma re-culturação dos indivíduos e das sociedades alternativamente ao modelo cultural transnacional que uniformizaria a vida, em escala planetária e em todos seus aspectos; o objetivo sendo a re-inserção do econômico no social e a interrupção da expansão econômica infinita, incompatível com nosso mundo finito”³. Com a difusão desses estudos nas mais diversas áreas das Ciências Sociais, pesquisadores, professores e estudantes assumem que não se pode mais usar ingenuamente uma noção para a qual não existem “alternativas”. Como comenta Rist:

A noção do desenvolvimento, que pretende generalizar a felicidade universal, reduz-se, finalmente, à transformação da natureza e das relações sociais em bens (...) ou, se preferirmos, à omni-mercantilização do mundo em nome do crescimento econômico. Apesar da crítica ao desenvolvimento ter se ampliado, o uso do termo gera mal-estar e muitos autores tentam precisar o sentido que lhe atribuem. Cada um, procurando se distanciar do uso corrente, tenta afirmar: “para mim, o desenvolvimento não corresponde ao sentido dado pelo modelo dominante”, e produz sua própria definição, algo idealista, do que ele considera o “bom” desenvolvimento... (2007, p.146).

Não cabe detalhar os resultados alcançados nessa espiral de experimentos analíticos, que

menciono aqui apenas para situar a contribuição específica da autora do artigo ora traduzido na Revista Cadernos de Campo.

Neste artigo, como em todos seus demais trabalhos, Marie-Dominique Perrot se quer provocadora, buscando nos “desintoxicar” de certas crenças relacionadas ao desenvolvimento, à mundialização, ao progresso e ao crescimento. Assim, em “*La mythologie programmée: l'économie des croyances dans les sociétés modernes*” (1992) e em “*Mondialiser le non-sens*” (2001), a autora desvenda a retórica que acompanha e que funda os pressupostos e o etnocentrismo das sociedades modernas, bem como as crenças em matéria de desenvolvimento. Como exemplo, vale citar a definição que ela apresenta em “*Abécédaire du développement*”:

“Desenvolvimento: ele flutua, ele deriva, ele não convence mais. Tentou-se renová-lo, redefini-lo, fixá-lo no chão, amarrar a um pedestal, a um sentido, a uma nova teoria, com ajuda de qualificativos sempre diferentes ou justapostos: endógeno, autocentrado, durável (ou sustentável), humano, equitativo, humano-durável. Mas ele entra em concorrência com a mundialização, perde espaço e perde financiamentos. As ações humanitárias vêm se alimentar em seus comedouros. Ele não sabe mais o que o diferencia nem do humanitário, nem da mundialização, nem do capitalismo (...). Ver também: decrescimento, dúvida, dominação, dívida, desregulação, dependência, dogma, desmedida, demografia, democracia, negação, despesa, depredação, desastre, desarmamento” (Perrot, 2001, p.02).

Cientista política, professora do Institut Universitaire d'Études du Développement (IUED) de Genebra até 2006, ela é membro do Réseau International pour des Alternatives Culturelles au Développement (RIAD), sediado no Instituto Intercultural de Montreal. Suas pesquisas centram-se particularmente na epis-

temologia das relações interculturais, que ela aborda no contexto da história das relações entre o ocidente e o resto do mundo. Segundo ela, “a crítica epistemológica interroga a construção dos saberes que implementamos no mundo e que determinam as relações que mantemos com “os outros” (relações de gênero, relações sociais, relações entre gerações, relações entre membros de sociedades e de culturas diferentes etc)”. Sua metodologia também é interessante, na medida em que “a crítica do conhecimento exige que se efetuem idas e voltas entre nosso próprio conhecimento, o conhecimento dos outros e o conhecimento que os outros parecem ter a nosso respeito” (Perrot, 2001, p. 01). Uma abordagem que se vale da antropologia, e que – como já mostrara Lévi-Strauss – assume que o etnocentrismo é um fenômeno universal.

O pano de fundo dessa crítica pressupõe, portanto, que para entender o desenvolvimento tenhamos de entender, primeiro, sua retórica, sua linguagem, seu campo de comunicação. Escreve Perrot que “as palavras mudam de sentido e o sentido muda de palavras” (idem). Sua análise relaciona-se aos esforços de muitos antropólogos – entre eles Ribeiro (1991) e Pals-son (1996) – em contextualizar as noções de desenvolvimento e seus derivados.

Todos esses trabalhos recomendam que, se quisermos entender o modo como os povos indígenas – ou autóctones, nativos, “tradicionais” etc – se relacionam com o desenvolvimento, devemos primeiro admitir que se trata principalmente de uma relação com instituições. Instituições essas que monopolizam a linguagem, as definições e as adequações do desenvolvimento, sendo imprescindível, portanto, entender como os povos indígenas conectam-se a esses discursos e práticas institucionais⁴.

Representações, estereótipos, estratégias, negociações, mediações, inovações são as palavras-chave de todo um conjunto de trabalhos já produzidos e ainda em curso em universidades

e centros de pesquisa, nos mais variados países do mundo, que fazem eco à crítica proposta por Perrot. Um dos méritos desses estudos é de evidenciar a complexidade do fenômeno da apropriação planetária dos discursos do desenvolvimento. É de mostrar que ainda vale a pena verificar como, localmente, os mais diversos atores se apropriam desses discursos para fins próprios e contraditórios entre si. Se o desenvolvimento gera redes de comunicação transnacionais e se ele certamente contribui à transformação dos regimes culturais, ele ainda não é uma noção transcultural. Há muito o que aprender ainda com a etnografia de processos e concepções de “desenvolvimento”.

Notas

1. Publicado em 1991 no volume especial da Revista “Ethnies”, organizada pela ONG Survival International – França e dedicada ao tema Desenvolvimento e Povos Autóctones (Paris, vol.13 – 1991).
2. Ver, entre outros, as propostas de Stavenhagen (1984) e Diegues (1992).
3. Tradução livre de trecho do verbete “Après-développement” na enciclopédia Wikipedia livre.
4. No caso de projetos voltados à comunidades indígenas no Brasil, ver o trabalho de A. B. Miraglia (2007). Ver também exemplos citados em Albert (1995) e em Gallois (2001).

Referências bibliográficas:

ALBERT, Bruce. *Anthropologie appliquée ou “anthropologie impliquée?: ethnographie, minorités et*

développement. In: Baré (org.) *Les applications de l'anthropologie, un essai de réflexion collective depuis la France*. Paris: Karthala, 1995, p.87-118.

DIEGUES, A.C. Desenvolvimento sustentado ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol.6 (1-2), p.22-29, 1992.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Sociedades Indígenas e desenvolvimento. In: Grupioni, L.D., Vidal, L. & Fischmann, R. *Povos Indígenas e Tolerância*, São Paulo: Edusp/Unesco, 2001, p.167-190.

MIRAGLIA, Ana Beatriz. “Desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”. *Notas críticas sobre o debate socioambiental amazônico*. 2007. 166f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

PALSSON, Gisli. Human-environmental relations: orientalism, paternalism and communalism - in: Descola, P. & Palssón, G. (org.). *Nature and Society, Anthropological Perspectives* – New York, London: Routledge, 1996, p.63-81.

PERROT, Marie-Dominique, RIST, Gilbert & SABELLI, Fabrizio. *La mythologie programmée. L'Economie des croyances dans la société moderne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. 217p.

PERROT, Marie-Dominique. *Mondialiser le non-sens*. Lausanne: L'Age d'Homme, 2001.

_____. Abécédaire du développement. *L'écologiste*, vol. 2, n.4, p.40-42, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol.34, p.59-101, 1991.

RIST, Gilbert. *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Ed. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. 3ª ed., 2007. 483p.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* 84, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.11-44, 1984.

autor Dominique Tilkin Gallois

Professora do Departamento de Antropologia/USP

Doutora em Ciência Social (Antropologia Social)/USP

Recebida em 20/03/2009

Aceita para publicação em 22/03/2009